LAÇOS & NÓS:

DINÂMICAS SUB-REGIONAIS E INTERFACES CIDADE-RIO NA AMAZÔNIA*

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Doutor em Geografia Humana
Professor Associado III
Universidade Federal do Pará, Brasil

Resumo

O trabalho objetiva compreender a relação cidade-rio na Amazônia, levando-se em conta mudanças e permanências referentes à dinâmica e à caracterização de cidades consideradas ribeirinhas em três contextos sub-regionais distintos (Sudeste do Pará, Oeste Paraense e baixo Tocantins), na Amazônia oriental brasileira. A contribuição geográfica da análise assenta-se nas repercussões decorrentes da reestruturação mais recente do espaço amazônico e seus rebatimentos na forma de articulação da cidade com o rio, considerando espaços de vivências (laços) e de fluxos (nós) que marcam a organização intra-urbana atual. Para esse empreendimento, assume-se a perspectiva teórico-metodológica que considera o espaço geográfico como sendo relacional e multidimensional (concebido, percebido e vivido). Do ponto de vista empírico, o procedimento metodológico considerou três cidades paraenses (Marabá, Santarém e Cametá), de nível intermediário na rede urbana regional. A partir delas procurou-se destacar o papel que a cidade ribeirinha amazônica assume em realidades sub-regionais que se inseriram de forma diferenciada nas políticas de ordenamento territorial das últimas décadas. Com base em levantamentos de campo são sistematizados elementos das particularidades socioespaciais das três sub-regiões consideradas e que demarcam espacialidades e territorialidades diversas em nível intra-urbano, sugerindo, em consequência, políticas públicas diferenciadas quando se considera a relação cidade-rio na Amazônia.

---

* O presente trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) - uma entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, através dos projetos de pesquisa “Cidades médias na Amazônia: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense” e “A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais” -, assim como da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), uma entidade do governo do Estado do Pará voltada ao desenvolvimento, à ciência e à tecnologia, que concedeu apoiou financeiro ao projeto de pesquisa intitulado “Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pa)”.

Introdução

Uma diferenciação a ser feita em relação às diversas cidades da Amazônia, diz respeito ao tempo de inserção das mesmas na estrutura do espaço regional. Esse critério define dois principais perfis de cidades. O primeiro diz respeito às cidades recentes, que costumam ser associadas ao modelo "rodovia/terra-firme/subsolo" (PORTO-GONÇALVES, 2005). Dizem respeito ao esquema de ocupação regional pós-1960, ligado à: implantação de rodovias; frentes de expansão econômica; modelos espontâneos ou dirigidos de assentamentos agrários privados ou estatais etc. São exemplos desse tipo de cidades aquelas surgidas das agrovilas ou fruto de um processo de ocupação mais espontâneo e que está associado ao não acesso à terra e à exclusão social de uma mão-de-obra móvel e polivalente (BECKER, 1990) e/ou aos novos padrões de ocupação do espaço regional orientado por um vetor tecno-ecológico de desenvolvimento(BECKER, 2004).

O outro perfil de cidades costuma ser associado ao modelo chamado de "rio/várzea/floresta" (PORTO-GONÇALVES, 2005) de ocupação do espaço regional, anterior à década de 1960. Diferentemente das áreas sujeitas diretamente às repercussões dos projetos econômicos instalados recentemente, tais cidades, definidas por este último modelo e ainda presentes na estrutura urbana regional, não se caracterizam, a exemplo dos demais núcleos urbanos surgidos com a expansão recente da fronteira econômica, como sendo espaços de apoio à mão-de-obra móvel e polivalente.

Nestas últimas, ainda fortemente ligadas a dinâmicas econômicas herdadas do passado e às vias fluviais, o rural e o urbano muitas vezes se confundem, mostrando a intensa articulação da cidade com uma temporalidade ainda não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente; ou, quando estes se mostram fortemente difundidos, criam impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, conferindo um caráter híbrido ao espaço.

Considerando esses elementos, o presente estudo se propõe a analisar três cidades de gênese ribeirinha (Marabá, nos rios Tocantins/Itacaiúnas; Cametá, no rio Tocantins; e Santarém, nos rios Tapajós/Amazonas) situadas em sub-regiões com dinâmicas socioespaciais diferenciadas no Estado do Pará, na Amazônia oriental. O estudo dessas três cidades em contextos sub-regionais particularizados pretende

assim dar conta de repercussões diferenciadas dos processos recentes que deram sentido ao atual ordenamento espacial regional, assim como, desvelar especificidades que possam estimular proposições de políticas de desenvolvimento regional e urbano mais próximas dessas mesmas realidades.

As referências empíricas de estudos são as orlas fluviais das três cidades, buscando nelas destacar os espaços de forte interação com o rio[1], assim como analisá-los em face das ações de intervenção do poder público colocadas em prática nos últimos anos.

Espaços de vivências ribeirinhas: a relação cidade-rio em contextos sub-regionais diferenciados

Há uma relação muito estreita entre os objetos espaciais que compõem as paisagens das cidades ribeirinhas e os contextos dos quais os mesmos são produtos. Essa materialização se expressa desde as primeiras relações baseadas no comércio das "drogas do sertão" na Amazônia e que definiram as primeiras funcionalidades das cidades à beira dos rios. Nessas cidades as orlas fluviais sempre se apresentaram como verdadeiras expressões intra-urbanas dos processos que marcaram a formação socioespacial da região desde o processo de colonização portuguesa. O mesmo pode-se dizer durante a influência da economia gomífera, seja no seu apogeu, seja no seu declínio; neste último caso, por meio de tentativas de revitalização da importância daquele produto.

Mais recentemente, as novas tendências de desenvolvimento regional e local passaram a definir, igualmente, mudanças socioespaciais que demonstram os rebatimentos de processos mais gerais na organização intra-urbana dessas cidades, como a política de incentivos fiscais das décadas de 1960, 1970 e 1980. Em todas essas situações, tratam-se de sistemas de objetos (SANTOS, 1994) que, por meio de um inventário das formas geográficas existentes, nos permitem estabelecer uma periodização para compreender a complexidade de usos presentes nessas frações dos espaços urbanos das cidades ribeirinhas.

[1] Para efeitos da presente análise estamos considerando espaços de vivências ribeirinhas aquelas realidades sociogeográficas onde se manifestam fortes relações de permanência da interação multidimensional entre populações citadinas com os rios à margem dos quais as cidades se localizam.

As mudanças mais recentes no atual arranjo espacial das orlas fluviais das cidades aqui tratadas encontram determinadas resistências para a sua efetivação, sobretudo pela permanência de usos já estabelecidos, o que constitui uma forma de contradição entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas (LEFEBVRE, 1974), especialmente quando estas últimas tendem a ser substituídas por usos voltados para o lazer e para o turismo, por exemplo.

Essa dialética, entre o que muda e o que permanece, nos permite reconhecer tais cidades como eminentemente dinâmicas. Daí a importância em considerar o processo histórico vivenciado por essas cidades, numa perspectiva em que, partindo-se do presente, recobremos o seu passado, articulados igualmente em uma visão prospectiva (MARTINS, 1996). O imediato e o mediato nos levam a entender a configuração geográfica atual daquelas cidades, permitindo pensar em políticas futuras que considerem suas especificidades

Do ponto de vista das permanências, é importante levar em conta que a existência das cidades ribeirinhas e/ou de fragmentos dessas cidades, como parte de realidades urbanas mais complexas, nos dá a idéia de resíduo espacial[2] (LEFEBVRE, 1991a), ou mesmo de rugosidades socioespaciais (SANTOS, 1978) em determinados fragmentos dos espaço intraurbano. É nesse sentido que, considerando a dificuldade em dar conta das cidades aqui referenciadas em seu conjunto, optamos por trabalhar com uma fração delas, as orlas fluviais, que, na linguagem regional, são recorrentemente identificadas como “beiras” ou “frentes das cidades”.

Tratam-se de espaços que condensam relações e objetos socioespaciais/geográficos e que, considerados em conjunto, traduzem, na atualidade, uma síntese dos tempos que presidiram a produção do espaço regional. São, dessa maneira, tidos como espaços representativos das cidades ribeirinhas aqui tratadas e definidos preliminarmente como espaços de contato imediato da

[2] O residual aqui tratado não tem nada de anacrônico ou de linear do ponto de vista histórico. Ao utilizar essa noção, nossa preocupação é a de compreender as mudanças e permanências a partir de um dado fenômeno analisado e o sentido dessas mudanças e permanências, de forma a pensarmos em formas de gestão urbana a partir de suas especificidades, sem que estejam necessariamente pautadas em modelos pré-concebidos de desenvolvimento urbano, mas que possam, por outro lado, serem vistas como componentes de uma ordem (ou de uma contra-ordem), próxima ou distante (MARTINS, 1996), e de uma racionalidade (ou contra-racionalidade) que não é, necessariamente, a hegemônica.

cidade com o rio e, por esse motivo, singulares para os propósitos da pesquisa aqui considerados.

A existência desses espaços, sem dúvida alguma, está muito mais presente em realidades onde as frentes de expansão econômica recentes tiveram pouca inserção. Pode-se, desde já, inferir, portanto, que dizem respeito a espaços onde as relações mais modernas e de reprodução mais intensa de processos capitalistas pós-1960 não demarcaram, de forma profunda, novas espacialidades e novas territorialidades.

Se levarmos em conta, por exemplo, a realidade das sub-regiões pouco afetadas pelo novo padrão de organização do espaço regional, o que percebemos é que há ainda uma forte presença da cidade ribeirinha, seja em relação à sua forma, seja em relação ao seu conteúdo socioespacial. Mas, o que dizer daquelas outras cidades onde as políticas de desenvolvimento se encarregaram de provocar mudanças substanciais na ordem social e espacial?

Os "resíduos" espaciais não estão, todavia, confinados a esses espaços tidos como tradicionais. Mesmo em realidades fortemente transformadas pela fronteira econômica ou pela modernização da economia e do território, como no caso de Marabá, fragmentos da cidade ribeirinha aparecem (quadro 2), num processo dinâmico de convivência entre formas de reprodução diferenciadas.

Quadro 1 – Espaços de vivências ribeirinhas da orla do rio Tocantins (Marabá-Pa)

Identificação do espaço	Principais elementos identificadores da paisagem	Principais usos e funções
Bairro Cabelo Seco	Pequenas e modestas casas; roupas estendidas em varais; canoas e rabetas à beira-rio; cadeiras em frente das casas ao entardecer; moradores, pescadores a frente das casas ou nas ruas.	Moradia; atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Rampa da Orla Sebastião Miranda	Rampa com acesso ao rio; tábuas de madeira dentro do rio para lavagem de roupas/ louças; canoas, rabetas, jet-skis e casas flutuantes; equipamentos de lazer.	Atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Lote da Rampa	Pequenas e modestas casas; rampa com acesso ao rio; tábuas de madeira dentro do rio para lavagem de roupas/ louças; canoas e rabetas justapostas e aportadas ao redor da rampa; roupas estendidas em varais; redes atadas nas varandas/salas das casas; cadeiras na frente das casas; bares/restaurantes; pescadores nas ruas e beira-rio; abrigos para as canoas de madeira e palha.	Moradia; atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Porto das Canoinhas	Casas modestas com portas e janelas abertas para a rua; tábuas de madeira dentro do rio para lavagem de roupas/ louças; redes estendidas nas salas/varandas das casas; cadeiras em frente das casas; canoas e rabetas aportadas à beira-rio; movimento de moradores e pescadores.	Moradia; atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Amapazinho	Canoas e rabetas aportadas à beira- rio; casas modestas de alvenaria; moradores nas ruas e frentes das casas; homens saindo ou chegando da pesca.	Uso doméstico da água do rio; atividade portuária de pequena escala; moradia.
Espaço Beira-Rio da Transmangueira (Bairro Santa	Tábuas de madeira dentro do rio que servem para lavagem de roupas/louças; acesso de terra ao rio Tocantins; casas modestas em alvenaria.	Uso doméstico da água do rio; moradia; lazer no rio.

Rita)		
Rampa do Bairro Santa Rosa	Canoas e rabetas aportadas de forma justaposta; abrigo de canoas em madeira e palha; refrigeradores para pescados; rampa em alvenaria de acesso ao rio; carros e caminhões estacionado; intenso fluxo de pessoas para e venda de pescado; colônia de pescadores Z30.	Comércio do pescado; lazer no rio; atividade portuária e pesqueira.
Comunidade do Geladinho	Canoas e rabetas justapostas aportadas na praia; bares com mesas e cadeiras na praia; abrigo de canoas e barcos em madeira e palha; palafitas; movimento de pescadores; tábuas de madeira dentro do rio para lavagem de roupas/louças.	Moradia; lazer no rio; atividades portuárias de pequena escala; uso doméstico do rio.
Rampa do São Felix	Praia; palafitas; bares; rampa em alvenaria com acesso ao rio; canoas e rabetas aportadas de forma justaposta; tábuas de madeira dentro do rio para lavagem de roupas/louças; redes de pesca estendidas nas varandas/frentes das casas; pessoas chegando ou saindo para pescar.	Moradia; lazer no rio; atividades portuárias de pequena escala; uso doméstico da água do rio.

Elaborado por Débora Aquino Nunes, a partir de observação sistemática em trabalhos de campo realizados nos meses de outubro e novembro de 2010.

O Sudeste do Pará, onde se situa Marabá, tende a acompanhar um processo mais intenso e mais consolidado de integração ao restante do território brasileiro; diferente, por exemplo, do Oeste Paraense, onde se situa Santarém, e onde esse processo é menos intenso e vem se expandindo em período mais recente. Neste último caso, a circulação fluvial e a rodoviária tendem ainda a se combinar e a se complementar, não anulando em definitivo os espaços de vivências ribeirinhas (quadro 2) existentes.

Quadro 2 – Espaços de vivências ribeirinhas na orla dos rios Tapajós/Amazonas (Santarém-Pa)

Identificação do Espaço	**Principais elementos identificadores da paisagem**	**Usos e funções**
Praia e Feira do Uruará	Feira livre à beira-rio, com presença de comércio de ambulantes; moradias modestas; roupas estendidas em varais em frente às casas; conjunto habitacional em construção; aterramentos, terraplanagem e construção de avenida à beira-rio; canoas e pequenos barcos ancorados; carrinhos de mão, carroças e carros estacionados; pessoas comprando e vendendo produtos diversos; pessoas chegando ou saindo através do rio.	Moradia; comércio informal; atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
Vila Arigó (Prainha)	Praia e cais de arrimo; moradias modestas; casas comerciais à beira rio; empresas prestadoras de serviço; equipamentos elementares para atividades de lazer e esportivas; canoas e pequenos barcos ancorados; balsas e transportes de cargas ancorados ou estacionados.	Moradia; comércio formal; comércio informal; atividade portuária de pequena escala; lazer à beira do rio; contemplação da paisagem fluvial, prestação de serviços diversos.
Orla sul da Avenida Tapajós (Aldeia)	Praia; cais de arrimo; calçadão padronizado e equipamentos paisagísticos e de lazer; moradias de médio padrão; casas comerciais e prestadoras de serviços diversos; igreja matriz; feiras livre e mercados públicos; barracas, carros de mão, equipamentos de venda ambulante ligados ao mercado informal; barcos de pequeno e médio portes; canoas e rabetas justapostas aportadas na praia; rampas e escadas improvisadas ou não que acessam o rio; estivas e pontes improvisada de acesso aos barcos e canoas; aglomeração de pessoas praticando atividades comerciais, de serviços ou acessando os barcos, canoas e rabetas; carros, carroças, caminhões e carrinhos e mão estacionados ou praticando fretes; autofalentes com anúncios, publicidades, notícias e músicas.	Moradia; atividade portuária de pequena e média escala; lazer no rio e na orla; uso doméstico da água do rio; práticas turísticas diversas; atividade comercial e de serviços formais ou não ligadas ao circuito superior ou inferior da economia urbana.
Mapiri	Lago formado a partir das águas do Tapajós; casas modestas; obras incompletas de aterramento, terraplanagem e de construção do cais de arrimo; pequenas canoas e rabetas ancoradas em determinados pontos; atividades econômicas pontuais do circuito inferior da economia; roupas estendidas em varais nas frentes das casas; movimento de pescadores, de moradores e de crianças nas ruas.	Moradia; atividade portuária cotidiana de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico da água do rio.
	Praia; barracas de médio porte de uso misto (moradia, restaurantes e	Uso doméstico da água do rio; uso do

Maracanã	bares); estivas/pontes interligando as visitantes usando a praia para o lazer; pescadores e trabalhadores e locais.	barracas; movimento de movimento de moradores,	rio e da praia para o lazer; uso do rio e da praia para a prática da atividade turística; uso do rio para a pesca; uso residencial.

Elaborado por Saint-Clair Trindade Jr., a partir de observação sistemática em trabalho de campo realizado no mês de setembro de 2010.

Mais diferente ainda é a sub-região do Baixo Tocantins, onde se localiza Cametá, que, não obstante a presença de rodovias, o rio e as permanências de práticas socioespaciais ligadas a ele se mostram ainda relevantes se a compararmos às duas outras sub-regiões anteriormente mencionadas, onde o processo de expansão de frentes econômicas ocorre de forma mais acentuada.

Quadro 3–Espaços de vivências ribeirinhas na orla do rio Tocantins (Cametá-Pa)

Identificação do espaço	**Principais elementos identificadores da paisagem**	**Usos e funções**
Complexo da Aldeia	Igreja nossa senhora do Perpétuo Socorro; praça; calçadão; bares e restaurantes; cadeiras e mesas nas frentes dos bares e restaurantes; casas modestas ou de segunda residência; visitantes e moradores tomando banho de rio ou usando serviços diversos.	Moradia; lazer no rio; uso comercial; práticas religiosas.
Complexo da colônia de pescadores	Galpão em madeira; trapiche; fábrica de gelo; embarcações de pequeno porte atracadas ao trapiche; movimento de pescadores, compradores e de usuários de transporte fluvial.	Atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; festas religiosas; compra e venda de pescados e gelo.
Feira-porto Pedro Teixeira	Concentração de pessoas e mercadorias; porto; feira do açaí; galpões em alvenaria que abrigam feira do peixe e da farinha e outros produtos; movimento de trabalhadores autônomos; compradores da cidade e do interior; barracas de madeira para comércio de produtos diversos; bares e restaurantes; carrinhos de mão, carroças e bicicletas.	Atividade comercial formal e informal ligadas ao circuito inferior da economia urbana; serviços diversos; atividade portuária; uso doméstico da água do rio; ponto de encontro dos moradores do Município.
Orla Sul	Moradias modestas; trapiches; barcos e canoas em frente às moradias; homens, mulheres e crianças tomando banho de rio; movimento de pedestres sobre estivas e pontes; porto da ambulhancha.	Moradia; atividade portuária de pequena escala; lazer no rio; uso doméstico e lúdico da água do rio.

Elaborado por Gesiane Trindade, a partir de observação sistemática em trabalho de campo realizado no mês de outubro de 2010.

Importante é destacar a forma como as mudanças e permanências se revelam nas paisagens dessas três cidades. No caso de Marabá, onde as mudanças são mais presentes, os espaços de vivências e de resistências ribeirinhas se apresentam de maneira *puntiforme*, ao passo que em cidades como Cametá, onde as transformações regionais são menos marcantes, aquele tipo de espaço se manifesta de forma mais *zonal* ou em *manchas* ao longo da orla fluvial. E em cidades situadas em sub-regiões onde as coexistências são mais presentes, como é o caso de Santarém, os espaços de vivências e de resistência ribeirinhos se manifestam tanto de uma quanto de outra forma.

O lugar das cidades ribeirinhas nas intervenções urbanas

Nos últimos anos, com a reestruturação espacial da Amazônia e a presença de atividades modernas e de conexões notadamente verticalizadas (SANTOS, 1994),

tem sido muito recorrente se falar que as cidades amazônicas têm “virado as costas para o rio” e que um novo modelo, ligado à expansão das frentes de modernização econômica e territorial, tende mesmo a anular e a colocar as cidades ribeirinhas em plano desfavorável. Por conta dessa tendência, passa-se então a se proclamar, nas políticas urbanas em curso e nas intervenções urbanísticas que as materializam, propostas de renovação dos espaços à beira-rio.

Ponto em comum nesses projetos de intervenção tem sido o “resgate” do rio, em especial para fins de lazer, turismo e contemplação, o que tem levado a um processo de padronização e de estandardização das “frentes das cidades”. Esses espaços de renovação urbana têm sido categorizados como “janelas para o rio”, uma vez que a forma aparentemente caótica das frentes da cidade foram, em muitos casos, interditadas por práticas diferenciadas de ocupação que têm subtraído a dimensão de espaço público tão fortemente marcado nessas cidades de tradição ribeirinha. Nas três cidades analisadas foram constatadas obras e intervenções urbanas que buscam renovar ou refuncionalizar suas orlas fluviais.

Na maioria das vezes, entretanto, o discurso que propaga o “resgate” da cidade ribeirinha se refere principalmente a difusão de atributos de cidades que não ultrapassam a condição de cidades beira-rio[3], com forte apelo à paisagem e às formas espaciais, e não necessariamente aos elementos que identificam a interação cidade-rio, do ponto de vista da economia, das atividades lúdicas, da circulação e de sua dimensão simbólico-cultural. É nesse sentido que se pode falar de “laços”, para reconhecer espaços de fortes vivências e identidades ribeirinhas, e de “nós”, para reconhecer aquelas outras realidades geográficas cujo reino dos fluxos, da circulação rápida e da estandardização das paisagens tem substituído o reino dos lugares; estes que são marcados por relações mais orgânicas entre os homens entre si e destes com a natureza e que identificam a interação cidade-rio na sua multidimensionalidade.

Três tipos de intervenções puderam ser constatadas. O primeiro diz respeito àquelas em que a interação cidade-rio nas suas múltiplas dimensões é reforçada. Caracterizam-se, portanto, por potencializar as temporalidades (sistemas de ações)

[3] A diferenciação aqui se faz necessária, uma vez que, para além dos atributos de localização geográfica, que definem uma cidade como beira-rio, há outros, de natureza relacional, e, portanto, de conteúdo socioespacial, que a definem como verdadeiramente ribeirinha. Estas, para além da localização, também trazem consigo um conteúdo de fortes e múltiplas interações de sua população residente com o elemento hídrico que lhe está próximo. Nesse sentido, toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, mas nem toda cidade beira-rio é, necessariamente, ribeirinha.

e paisagens (sistemas de objetos) tradicionalmente ligadas à dinâmica regional. Tal é o que acontece em Marabá, por exemplo, com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)-Cabelo Seco, uma parceria do governo federal e do governo estadual, voltada para um bairro de ocupação tradicional e de grande importância para a história local, o bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco), situado à beira-rio, no encontro dos rios Tocantins e Itacaiúnas, no núcleo histórico, e de grande valor cultural para a cidade. As obras nesse bairro preveem, além da construção de cais de arrimo para a contenção das enchentes, ações de saneamento e de infraestrutura básica, com provisão de habitações sociais, geração de trabalho e renda e com especial atenção à identidade sociocultural do bairro, de fortes raízes ribeirinhas e mantendo ainda intensa interação com os rios Tocantins e Itacaiúnas. Preocupa-se, portanto, com a manutenção dos costumes e tradições de sua população e de sua relação com o espaço.

Em Cametá o mesmo tipo de intervenção pode ser constatado no projeto de renovação da principal feira livre da cidade, cuja obra está voltada para a construção de galpão em alvenaria junto ao já existente, além da requalificação dos espaços de compra e venda de produtos, que compõem o complexo da feira. Sendo esta a principal referência da cidade e o ponto de partida e de chegada de populações, mercadorias e informações do entorno, há uma preocupação com a manutenção desse processo de coesão espacial. Para além do valor de troca das mercadorias, portanto, serve também como espaço onde se trocam experiências e definem sociabilidades de toda ordem, notadamente as de natureza cultural com vínculos e tradições mediados pelo rio.

No caso de Santarém, a principal obra que reafirma a interação cidade-rio é, sem dúvida alguma, o entreposto pesqueiro, construído na beira-rio em forma de palafita. Essa obra, ao mesmo tempo em que permite a comercialização do pescado regional pela população local, reforça práticas tradicionais que veem o rio como um espaço de circulação, mas também como fornecedor de recursos. Torna-se, assim, concomitantemente, lugar de trocas comerciais e de reforço de práticas cotidianas, sejam elas do pescador, sejam elas dos demais habitantes da cidade que vão à sua orla fluvial para comprar alimento, mas também para interagir socialmente, conforme se observa na paisagem e nas relações cotidianas desse entreposto-mercado.

Nas três obras mencionadas há um reforço dos tempos lentos e que se traduzem, conforme nos sugere Santos (1994), em espaços opacos; neste caso, nas

margens dos rios. São temporalidade e espacialidades que materializam tanto estratégias de sobrevivência econômica do homem urbano que acessa o rio e a beira-rio, como também daquele morador do interior da região que se dirige à cidade e nela se integra esporádica e furtivamente por meio de práticas econômicas e culturais que revelam diferentes sociabilidades do homem simples (MARTINS, 2000).

Também reforçam a relação das cidades com sua hinterlândia, por meio dos barcos, rabetas, lanchas e canoas que fazem de trapiches e portos ancoradouros movimentados e de cores diversas para se chegar e se sair da cidade. As feiras e mercados, nesse caso, costumam vender cheiros e sabores regionais, mas se redimensionam como espaços culturais. Neles se mergulha em um mundo de sonhos, feitiços e "encantados" que povoam a floresta e os rios, estabelecendo sociabilidades outras com base em vivências cotidianas que não se confundem necessariamente com as mercadorias, produzindo paisagens e espaços que espelham a cidade, mas também as comunidades interioranas.

Outras obras tendem a explorar outras dimensões da cidade, que mesclam a cidade ribeirinha com outra psicosfera (SANTOS, 1994) urbana. Esta última chega às cidades da região não necessariamente através dos barcos, canoas e rabetas, mas por outras vias e ondas mais modernas de comunicação. Nesse caso, a interação com o rio endogenamente cultivada – como recurso, uso doméstico, lúdico e simbólico-cultural, a exemplo dos banhos de fins de tarde das crianças, adolescentes e mesmo adultos e das pescas noturnas regadas a aperitivos, petiscos e conversas preguiçosas - tendem a coexistir com o uso do rio para o lazer mais moderno.

Em Marabá o aterramento e pavimentação da Avenida Transmangueira, criou um novo eixo de ligação entre a Nova Marabá e a Marabá Pioneira, dois dos principais distritos que caracterizam a divisão intraurbana da cidade. Essa obra foi construída para facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias na cidade de Marabá, criando uma nova via de circulação rápida para cidade. Os principais usos que podemos observar é o destinado ao transporte rodoviário, pois o fluxo de veículos e pessoas aumentou nesse espaço. A intensificação da circulação, entretanto, não anulou as interações com a natureza da população dos bairros ai presentes que, nas suas práticas cotidianas, ainda usam o rio para suas atividades domésticas, para a circulação e para o lazer mais espontâneo.

Em Cametá, espaço semelhante pode ser constatado na revitalização do complexo da praia da Aldeia, onde se renovou o espaço beira-rio, através de calçamento, bloqueteamento da rua, ajardinamento e paisagismo, além da construção de palco e da restauração da igreja que compõe a paisagem local. Nesse espaço, práticas de lazer e religiosas mais tradicionais convivem com outras mais modernas que estimulam a chegada de visitantes, notadamente os turistas.

O Centro de Interpretação Ecoturística e Terminal Fluvial Turístico de Santarém, uma obra executada com recursos do PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia) e do governo estadual, também expressam essa hibridez de práticas socioespaciais aqui tratadas. A obra, voltada para estimular o turismo na região, com espaços de apoio as atividades turísticas (informações, bares, atracadouro, mirante, feira de artesanato etc.) é devidamente apropriado também pela população local que ai reproduz suas formas tradicionais de interação com as águas do Tapajós, a exemplo dos banhos de rio e a pesca noturna no flutuante destinado aos barcos turísticos.

Nesses casos, o potencial dos espaços de vivências ribeirinhas são apenas parcialmente aproveitados na concepção desses projetos urbanísticos, ou, quando não são pensados, acabam sendo forçosamente (re)apropriados, ainda que algumas vezes furtivamente, pela população local, contribuindo para a definição de espaços fluidos[4] no interior da cidade. Mesmo assim, não deixam de se distanciar dos espaços de fortes enraizamentos anteriormente apresentados, que se tornam gradativamente pouco aproveitados para efeitos de políticas de desenvolvimento urbano. Ao contrário, o que se verifica, na verdade, é uma tendência de negação desses atributos como elementos de particularização regional, sendo muitas vezes substituídos por outros objetos e ações, considerados mais interessantes do ponto de vista mercadológico e da atratividade territorial.

Assim, as orlas fluviais aqui definidas como fluidas apresentam uma caracterização da paisagem cuja interação com o rio passa a ocorrer a partir de relações mais frágeis. Neste caso, a cidade tende a voltar-se mais para si e para as novas formas de circulação e de conexão, que, por sua vez, contribuem para anular

[4] Essa terminologia é próxima da de Frémont (1976), que busca, na análise regional, caracterizar os espaços regionais a partir de diversos graus de identidade, definindo-os como enraizados, fluidos e explodidos. A perspectiva teórico-metodológica de análise, aqui adotada, entretanto, distancia-se daquela utilizada pelo autor mencionado.

e/ou redefinir/redirecionar a relação com o rio. Em muitas situações, esta relação se apresenta por meio de uma dimensão meramente contemplativa, onde o cenário beira-rio é tomado como pano de fundo da paisagem urbanística. Constituem, portanto, de elos mais sutis, menos arraigados e restritos a algumas poucas relações que ainda vinculam a cidade ao rio.

Aqui a tensão entre as mudanças e permanências, entre “laços” e “nós”, por assim dizes, faz-se bastante presente. Isto porque as vivências cotidianas que se projetam a partir do rio se confrontam com práticas socioespaciais, em geral mais ligadas ao lazer da vida urbana moderna (LEFEBVRE, 1991b), na qual a contemplação do rio está muito associada à atividade turística. Nesse caso, é muito comum verificarem-se permanências e mudanças por meio de usos justapostos do espaço, onde a vida cotidiana se confronta com a funcionalidade da beira-rio e com outras relações de ordem simbólica que tornam ainda mais complexas as representações do espaço (LEFEBVRE, 1974).

No limite da negação cidade-rio estão as obras que definem espaços e orlas urbanas estandardizadas. Estas, mesmo compondo a paisagem beira-rio, vivenciam, em grande parte, um esvaziamento da interação anteriormente mencionada e tendem a se colocar num esquema de reprodução muitas vezes traduzido na homogeneização da paisagem e de seus conteúdos sociais. Os calçadões padronizados são exemplos dessa forma de estandardização. Eles se fazem presentes em Marabá, por exemplo, em setores da orla fluvial mais voltados para o lazer e o consumo.

É na orla Sebastião Miranda que estão concentrados os serviços e comércios ligados ao lazer e ao entretimento, ainda que os trapiches e portos proporcionem certa continuidade do uso do rio pela população que lá reside. Assim, existem pessoas que vão para consumir a/na orla, ir para festas, boates, restaurantes e apreciar a vista do rio, constituído também um dos principais espaços de atração turística dada a estética marcante do elemento hídrico.

Na cidade de Cametá esse tipo de padronização não foi percebida, demonstrando ser uma cidade que, mesmo assimilando valores que impactam e que transformam a vida cotidiana local, não tem suas paisagens intraurbanas fortemente marcadas por essa nova psicosfera urbana. Tal tendência, entretanto, projeta-se para o futuro, pois algumas das obras executadas pelo poder público indicam,

algumas vezes, pouca preocupação com as práticas locais cotidianas que revelam a forte interação da população local com o rio.

No caso de Santarém, algumas obras reafirmam essa tendência. A construção do novo Terminal Fluvial de Cargas e Passageiros foi projetado em espaço completamente distante de onde essas atividades têm historicamente e espontaneamente se desenvolvido. Além dessa intervenção urbana, há outra que, sem dúvida alguma, é uma das que mais chama atenção no conjunto da cidade: o calçadão beira-rio. Não obstante a sua atratividade estética e o fato de servir como espaço de encontro e de práticas de atividades esportivas para a população local, a concepção desse projeto não traduz as vivências e as práticas ribeirinhas tão presentes nessa fração da cidade. Concebida pelo poder público municipal, volta-se notadamente para um tipo de lazer que busca a contemplação do rio e se definiu como espaço de uso precipuamente turístico, com a preocupação principal de reforçar uma espécie de boa imagem da cidade.

Tratam-se, na verdade, de obras que configuram novos espaços, que, por sua vez, tendem a refletir certos esvaziamentos de práticas cotidianas ainda muito presentes nas três cidades estudadas. Geralmente as mudanças se associam às novas formas de circulação estabelecidas na região. Tal é o que acontece com Marabá, o melhor exemplo de uma cidade situada em uma sub-região de fortes transformações. Nesse caso em específico, esse tipo de esvaziamento pode ser em grande parte atribuído às políticas territoriais estabelecidas para o sudeste paraense, onde o padrão rodoviário definiu novas formas de articulação da cidade com a sub-região e com o espaço amazônico como um todo.

As novas atividades desenvolvidas no espaço local também redefinem o papel das orlas fluviais, que passam a estar funcionalmente relacionadas às atividades de lazer e mesmo de turismo, a exemplo das grandes cidade litorâneas brasileiras. Esse processo, conforme já mencionado, destaca-se em Marabá e também em Santarém, sendo pouco visível ainda na cidade de Cametá.

Considerações Finais

Considera-se não haver uma relação mecânica entre os três perfis de intervenção urbana aqui mencionados e o que acontece com a dinâmica sub-regional onde se situam as cidades estudadas. Uma mesma orla fluvial pode apresentar os três perfis anteriormente mencionados. Assim sendo, orlas enraizadas

podem conviver em um mesmo espaço urbano com orlas fluidas e estandardizadas. Isso acontece porque o espaço resulta de uma acumulação de tempos distintos que se refletem, se superpõem e se justapõem nas paisagens. Essa complexidade espacial, de espaços luminosos e opacos, e que externalizam tempos lentos e tempos rápidos (SANTOS, 1994), diz respeito à própria natureza da sociedade, que se materializa geograficamente, expressando a complexidade de processos socioeconômicos.

Importante é ressaltar, entretanto, que as mudanças mais recentes observadas no atual arranjo espacial das orlas fluviais das cidades referenciadas encontram ainda resistências para sua efetivação. Isso ocorre, sobretudo, pela permanência dos usos já estabelecidos, o que constitui uma forma de contradição entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas (LEFEBVRE, 1974).

Esta parecer ser uma questão que revela, ao mesmo tempo, um potencial para pensar as cidades amazônicas considerando suas particularidades, como também um desafio para as políticas urbanas. Estas tendem a reproduzir, na escala local, representações do espaço que se originam em outras escalas geográficas e que se distanciam de questões e demandas consideradas regionais e locais. Os espaços de vivências ribeirinhas, por seu turno, parecem reafirmar outra racionalidade, em forma de resistências; e que passam a exigir um novo pensar e uma nova concepção de cidade, seja do ponto de vista de sua estética, ou seja, de sua “morfologia espacial”, seja do ponto de vista de suas relações, portanto, de sua “morfologia social” (LEFEBVRE, 1991a).

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

_____.*Amazônia:* geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRÉMONT, A. *La région, espace vécu.* Paris: PUF, 1976.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, amazônias.* 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LEFEBVRE, H. *La productión de l’espace*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991a.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991b.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno a dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.13-25.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. (Col. Geografia**:** Teoria e Realidade, 25).